



Reunião do Conselho do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca

Data: 29/01/2016

Local: Prédio do Instituto de Biociências da UNIRIO – Urca.

Horário: 10h27min

Presentes:

CONSELHEIROS	
INSTITUIÇÃO	NOME
SMAC	Marcelo Barros de Andrade
	Ricardo Castelo Branco Jorge
CPRM	Alan Dussel Schiros
ECEME	Tenente...
UNIRIO	Laura Jane Moreira Santiago
ACTA	Marcelo Paula de Castro e Silva
AGUIPERJ	Raphael Raine Forni
CCAPA	Diego Scofano Mora Mello
	Roberta Campelo Pena
FEMERJ	Delson Luiz Martins de Queiroz
GAE	Patrícia Rocha
UEB / RJ	Alexandre Pimenta
	André Sá

CONVIDADOS	
INSTITUIÇÃO	NOME
FEMERJ	Kika Bradford
RIDEMONTEN	Bruno Batista
PEGADAS	Felipe Novais Santos
FREIOESPORTE DE AVENTURA Soc. Civil/Ct de comunicação	Ives Saintclair R. dos Santos
	Guilherme Borges da Costa
VOLUNTÁRIA MoNa	Viviane Rosa Malafaia
SINDEGTUR	Simone Hipolito
AMOUR	Martha Serra
Soc. Civil/Urca	Daniel Ribeiro
CCAPA	Giuseppe Pellegrini
GDA	Gilmárcio dos S. Nascimento
	José Ribamar dos Santos Ciores
Soc. Civil/Ct de comunicação	Paula Kreimer

PAUTA:

- 1 – Apresentação dos resultados da Tese “Proteção da Biodiversidade e os Desafios da Gestão Participativa no Brasil” pelo Pesquisador Guilherme Borges da Costa;**
- 2 – Atividade de Rapel no MoNa e**
- 3 – Apresentação do andamento dos projetos previstos na Adoção.**

1 – Apresentação dos resultados da Tese “Proteção da Biodiversidade e os Desafios da Gestão Participativa no Brasil”

Antes de iniciar a reunião, **Marcelo (SMAC)** fez uma breve apresentação do **Guilherme** e aproveitou para agradecê-lo por toda a colaboração que sua pesquisa trouxe à gestão da Unidade. Também destacou o pioneirismo deste tipo de estudo dentro do universo das Áreas Naturais Protegidas e Unidades de Conservação, que em sua grande maioria tratam de temas relacionados à biodiversidade. Complementou dizendo que a sua pesquisa revolucionou o Conselho, viabilizando implementar ações previstas no Plano de Manejo que antes de sua participação não tinham sido efetivadas, como por exemplo a criação de uma Câmara Técnica (CT) de Comunicação e de um site para o MoNa.

Guilherme apresentou brevemente sua experiência acadêmica, o objetivo de sua pesquisa e a metodologia utilizada.

Experiência acadêmica: graduado em jornalismo se dedicou a estudar os processos participativos voluntários, em especial na área ambiental, e no decorrer da sua trajetória acadêmica (tanto na Graduação, Mestrado e Doutorado) também começou a desenvolver teorias de como potencializar os espaços de participação da gestão pública.

Objetivo: Identificar as subjetividades inerentes à gestão procurando compreender as funções atribuídas pelos atores que participam desse processo, entender como e quais os atores participam deste processo, e se esses atores conseguem explicar ou entender sua função dentro Conselho. Também identificar se os Conselheiros compreendem o Conselho como um espaço político democrático. Desenvolver o exercício de construção participativa das ações do Conselho, estimulando os Conselheiros a pensar e trabalhar de forma coletiva, independente dos interesses de cada instituição que representam, buscando sempre o diálogo e nunca a imposição de um conceito ou ideia, e mostrar ao Conselho a oportunidade de transformar os conflitos em soluções através do acolhimento das diversas posições e assim chegando a um consenso sobre a questão. Desenvolver uma ferramenta de comunicação para divulgação do MoNa e desenvolver este exercício de construção participativa.

Metodologia: análise documental de toda a legislação do MoNa e demais áreas protegidas, atas de reuniões do conselho e entrevistas com os conselheiros.

2 – Atividade de Rapel no MoNa.

Marcelo (SMAC) iniciou este ponto de pauta contextualizando a questão da proibição do rapel comercial no Morro da Urca e a estratégia pela gestão para divulgar esta informação. Informou que a que essa proibição foi decidida pelas instituições do Conselho durante as oficinas do Plano de Manejo e que a estratégia de divulgação foi produzir um documento oficial assinado pela gestão informando a proibição e as penalidades que poderiam ser aplicadas aos que descumprissem a norma. Informou também que o principal objetivo desta ação era o de propagar esta informação visando diminuir a incidência desses casos através de uma conscientização e posteriormente partir para uma ação de fiscalização. Agradeceu a participação dos operadores da atividade que estavam presentes e solicitou a que se apresentassem.

Representantes dos operadores de Rapel presentes à reunião: Ives Saintclair (Freio8 Esporte de Aventura), Bruno Batista (RideMonten) e Felipe Novais (Pegadas). Todos guias de turismo e filiados a ACTA, sendo que Felipe informou também que é federado à FEMERJ.

Felipe Novais (Pegadas) questionou a proibição por não ter conseguido impedir que a atividade continue sendo realizada. Informou que depois de receber a informação sobre a proibição, ele e outros operadores que trabalham corretamente não praticam mais essa atividade, mas os demais operadores que trabalham ilegalmente ignoraram esta comunicação e continuam comercializando a atividade. Elogiou a abertura do espaço para discussão deste assunto no Conselho e finalizou desejando que a proibição seja substituída pelo ordenamento da atividade.

Diego (CCAPA) justificou que a proibição foi definida devido a uma série de maus exemplos e más condutas realizadas pelos operadores da atividade que chegou a uma situação extrema de desordem que acabou tendo por consequência a proibição no sentido de tentar diminuir o caos que se instalou na área. Ressaltou também a dificuldade de manter, ou até mesmo iniciar um diálogo ou negociação com os operadores por não possuírem uma organização ou entidade que os represente oficialmente.

Delson (FEMERJ) complementou o depoimento do Diego sobre a proibição dizendo que esta decisão não foi tomada devido a uma rivalidade entre escaladores e “rapeleiros”, como muitos acreditam, e sim pelo histórico de má conduta praticadas, dentre elas: ancoragem nas estruturas da CCAPA, corte de vegetação e outras mais. Citou como exemplo semelhante o problema enfrentado no Parque Nacional da Tijuca com os praticantes de *Mountain Bike* que se organizaram e criaram um canal de comunicação dentro do Conselho do Parque através da câmara técnica de esportes, onde foi pactuada regras de mínimo impacto para atividade dentro da Unidade. Destacou que bem antes disso a própria FEMERJ criou diretrizes de mínimo impacto para escalada visando ordenar a atividade e evitar este tipo de situação. Finalizou dizendo que em conversar com a gestão do MoNa, propôs um encontro para tratar especificamente do tema com todos os atores envolvidos nesta atividade evoluindo para uma revisão deste tema no Plano de Manejo, desde que se pactue as regras de mínimo impacto desta atividade.

Pellegrini (CCAPA) ressaltou os problemas que esta atividade pode trazer a CCAPA. Informou que a empresa tem a responsabilidade civil da segurança dos seus clientes, e caso aconteça algo com cliente do bondinho a empresa pode responder até criminalmente sobre algum incidente dentro da área de concessão. Destacou que o maior problema é o aliciamento feito por esses operadores nos clientes do Bondinho, oferecendo o serviço e fazendo com as pessoas pulem as estruturas da empresa para fazer o Rapel, além da utilização das estruturas da empresa como ancoragem.

Guilherme (CT Comunicação) propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) ou Câmara Técnica (CT) para discutir o assunto, mas sem a convocação institucional da Gestão ou da Prefeitura para não assustar ou intimidar os operadores informais.

Kika (FEMERJ) sugeriu que esta proposta levantada por Guilherme seria um segundo passo. Para ela deveria ser criada um GT ou CT após encontro, pois ele irá fortalecer o diálogo e a discussão e facilitará a presença dos operadores informais já que este encontro será organizado pelas instituições não governamentais (FEMERJ, AGUIPERJ e ACTA), deixando esses atores mais à vontade para participar.

Raphael (AGUIPERJ) apresentou material do curso que a AGUIPERJ está ministrando à Polícia Civil sobre perícia de acidentes em esportes de aventura. Neste material ele mostrou imagens de erros e imprudências cometidas por alguns operadores de rapel. Grande parte destas imagens foram retiradas do MoNa. Finalizando mostrou os casos de específicos do Morro da Urca de procedimentos fora das normas técnicas de segurança como: ancoragem em estruturas do CCAPA (tubulação de incêndio, vergalhões, grade de proteção, torre de energia desativada etc), comercialização do rapel oferecendo o serviço aos turistas do bondinho. Também apresentou fotos de “guias” levando grandes grupos (de 40 a 75 pessoas) pela Trilha do Morro da Urca para a prática do rapel comercial.

Marcelo (SMAC) apresentou os atuais inspetor e subinspetor do GDA: Inspetor Gilmárcio e Subinspetor Caires. Aproveitou para convidar o Grupamento para retornar ao Conselho, pois o comando anterior havia se afastado.

Inspetor Gilmárcio (GDA) aceitou o convite apesar de participar dos outros conselhos, mas se comprometeu a sempre enviar representantes, caso não puder comparecer.

Subinspetor Caires (GDA) contou um pouco da sua experiência como montanhista no CEL (Centro Excursionista Light) e no CEG (Centro Excursionista Guanabara). Falou também sobre a proposta de um projeto de reestruturação do GDA visando elevar o Grupamento para uma Coordenadoria de Defesa Ambiental e assim fortalecer e aumentar atual efetivo que é reconhecidamente insuficiente para atender às demandas das UCs Municipais.

3 – Apresentação do andamento dos projetos previstos na Adoção.

Roberta (CCAPA) apresentou, a pedido da gestão, o *status* dos projetos previstos na adoção, com imagens de antes e depois das intervenções, tendo como destaque a Trilha do Morro da Urca, com o início da construção do ponto de apoio à visitação (Início da Trilha), recuperação da vegetação no leito às margens da trilha (árvores que antes estavam morrendo, agora estão rebrotando), além da própria recuperação da trilha com a instalação de novos degraus e drenos. Também informou sobre uma alteração de traçado que beneficiou o próprio manejo da trilha, pois o desvio possibilitou sair de uma área de maior declividade para uma área de bambuzal de menor declividade. Destacou que essa alteração foi aprovada pela gestão da Unidade.

Projeto de Sinalização: Concluído

Projeto de Recuperação da Pista: 10 bancos rústicos recuperados, 4 trechos de Guarda Corpo construídos, que inicialmente previa 230m e alterado para 280m devido a necessidades que apareceram no decorrer da execução.

Projeto de Manejo de Exóticas: Em andamento. Retirada: das jaqueiras do início da Trilha, zebrinas e outras herbáceas. Plantio de espécies nativas fornecidas pelos Viveiros de Mudas do PNM Bosque da Barra e da Fazenda Modelo em Guaratiba. Até o momento o manejo está sendo executado na Trilha.

Assim às 12h31 min foi encerrada a reunião.

Próxima reunião será no dia 01/04/2016